



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Março/2017

Concurso Público para provimento de cargos

Analista Judiciário Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conquistas começam com a decisão de tentar o primeiro passo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido. Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

A representação da “realidade” na imprensa

Parece ser um fato assentado, para muitos, que um jornal ou um telejornal expresse a “realidade”. Folhear os cadernos de papel de ponta a ponta ou seguir pacientemente todas as imagens do grande noticiário televisivo seriam operações que atualizariam a cada dia nossa “compreensão do mundo”. Mas esse pensamento, tão disseminado quanto ingênuo, não leva em conta a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações focalizadas. Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia, ou mesmo à do câmara que flagra uma situação (e que, aliás, tem suas tomadas sob o controle de um editor de imagens), é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise, é renunciarmos à perspectiva de sujeitos da nossa interpretação.

Tanto quanto os propalados e indiscutíveis “fatos”, as notícias em si mesmas, com a forma acabada pela qual se veiculam, são parte do mundo: convém averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política, o perfil criado de uma personalidade, o sentido de um levante popular ou o alcance de uma medida econômica. O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem não têm o direito de colocar de lado seu senso crítico e tomar a notícia como espelho fiel da “realidade”. Antes de julgarmos “real” o “fato” que já está interpretado diante de nossos olhos, convém reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta como indiscutível e como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva pela qual uma bem particular “realidade” quer se impor para nós, dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.

(Tibério Gaspar, inédito)

1. Diante das informações que habitualmente nos oferecem os jornais e os noticiários, devemos, segundo o autor do texto,
 - (A) considerar como fatos efetivos apenas aqueles que ganham igual dimensão em todos os veículos.
 - (B) imaginar que os interesses existentes na divulgação dos fatos acabam por destituí-los de importância.
 - (C) interpretar as notícias de modo a excluir delas o que nos pareça mais problemático ou inverossímil.
 - (D) ponderar que tais informações são construídas a partir de um ponto de vista necessariamente particular.
 - (E) avaliar os fatos noticiados segundo o ângulo que melhor se afine com os nossos valores pessoais.

2. Têm sentido próximo ou equivalente, no contexto da argumentação desenvolvida, os segmentos
 - (A) *a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações / o ângulo pelo qual o fato se apresenta*
 - (B) *desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise / reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta*
 - (C) *Submetermo-nos à visada do jornalista / averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política*
 - (D) *tomar a notícia como espelho fiel da “realidade” / O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem*
 - (E) *os propalados e indiscutíveis “fatos” / como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva*

3. Considere este segmento do texto:

Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia [...] é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise [...]

Está inteiramente clara, coerente e correta esta nova **redação** dada ao segmento acima:
 - (A) Caso não nos desfazermos da nossa capacidade de analisar, nos inclinaremos diante do olhar próprio do jornalista que deu a notícia.
 - (B) Se aceitarmos inteiramente a perspectiva de quem redigiu a notícia, não nos valeremos de nossa própria faculdade de interpretá-la.
 - (C) Quem se compraz a ver uma reportagem do ângulo jornalístico, acaba por renunciar à possibilidade de compreendê-lo a partir de si mesmo.
 - (D) À medida em que nos curvamos pelo poder de quem noticia, deixamo-nos de avaliar por nós mesmos nossa capacidade de análise.
 - (E) Estaremos divergindo da nossa possibilidade de interpretar, caso nos deixássemos levar pelo ângulo das notícias com que nos submetemos.



4. Observam-se plenamente as normas de concordância verbal e a adequada articulação entre os tempos e os modos na frase:
- (A) Caso atinásemos com o fato de que é pela perspectiva autoral que se produz as notícias, não seremos tentados a confundir uma reportagem com a realidade mesma.
 - (B) Quando passarmos a analisar não apenas os fatos noticiados, mas o ponto de vista que neles se incutiram, estamos interpretando também a perspectiva pela qual se enunciaram.
 - (C) Fará parte do processo de leitura das notícias de um jornal, se não quisermos ser manipulados pela interpretação já inclusa, o reconhecimento do ponto de vista de quem as redigiu.
 - (D) Se houvéssemos acreditado que a responsabilidade dos fatos noticiados cabiam aos indivíduos nomeados, teremos de inculpar os inocentes e inocentar os culpados.
 - (E) O que costumamos chamar de “compreensão do mundo” não seria senão confundir o que se traduzem nas palavras com os fatos que efetivamente ocorreriam.
-
5. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O bom leitor, em cuja atenção um texto depende para ser bem compreendido, não hesita de reconhecer a perspectiva de quem redige uma notícia.
 - (B) Quando se pensa nos bons leitores, imagina-se que nunca lhe escapa a necessidade de levar em conta, na leitura de uma notícia, o ponto de vista de quem as elaborou.
 - (C) Falta à muita gente o cuidado essencial de detectar numa notícia não apenas o que ela diz, mas sobretudo o modo ao qual ela se determina retratar uma situação.
 - (D) A interpretação de uma notícia, aonde o bom leitor deve estar comprometido, é fundamental para que não sejamos levados à imaginar que tudo o que se publica é uma verdade definitiva.
 - (E) Os leitores de jornal, caso não lhes ocorra levar em conta o valor da perspectiva de quem redige uma notícia, não estão imunes à manipulação maliciosa das palavras.
-
6. Na frase **Parece ser um fato assentado que um jornal expresse a “realidade”**, os termos sublinhados
- (A) prendem-se ao mesmo verbo, do qual constituem adjuntos.
 - (B) são sujeitos de uma mesma forma verbal.
 - (C) integram duas orações distintas.
 - (D) exercem, respectivamente, a função de complemento nominal e a de complemento verbal.
 - (E) estão empregados como predicativos do sujeito.
-

Atenção: As questões de números 7 a 9 referem-se ao texto seguinte.

[A obsessão pelo futuro]

Desprezível é a alma obcecada pelo futuro, a que é infeliz antes da infelicidade. Não terá descanso, e a necessidade de querer conhecer o futuro lhe fará deixar de lado o presente que poderia ser melhor desfrutado. Tal criatura sofre o mesmo na espera e nas suas desgraças, aflige-se mais do que é preciso e antes do necessário. A mesma fraqueza que faz com que veja a aflição faz com que não saiba avaliá-la. O mesmo descomedimento com que aguarda a felicidade absoluta faz com que esqueça que o fio sobre o qual o gênero humano oscila nada mais nos promete do que o imprevisto.

(Adaptado de: SÊNECA. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 100-101)

7. Entende-se que o específico sentimento de **infelicidade** de que trata o texto prende-se, essencialmente, ao fato de que uma criatura
- (A) se ilude quanto às experiências passadas, imaginando que elas poderão alicerçar sua felicidade num futuro bastante longínquo.
 - (B) sente, equivocadamente, que já são muito prazerosos os momentos em que anseia pela felicidade absoluta que o futuro lhe reserva.
 - (C) imagina que está sendo bastante infeliz no presente quando, na verdade, não tem ideia de quanto ainda sofrerá nos dias vindouros.
 - (D) antecipa, por força das obsessivas expectativas quanto ao futuro, o sofrimento que poderá atravessar nas experiências que terá.
 - (E) deixa de aprender com a infelicidade do presente as lições que lhe poderiam ser úteis para evitar os sofrimentos do futuro.
-



8. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ponderando sobre a obsessão que tem os homens pelo futuro, Sêneca dispõe de que deveríamos nos aproveitarmos do que nos oferece os momentos presentes, ao em vez de sofrer-lhe os desgostos da espera.
 - (B) Segundo Sêneca, as pessoas que vivem na expectativa do que lhes aguarda no futuro acabam por não usufruir das reais possibilidades de prazer que, não fosse sua obsessão pelo devir, estão ao seu alcance no presente.
 - (C) Um filósofo como Sêneca, condena os descomedimentos humanos, por onde sofremos com as obsessões de que alimentamos em relação ao que nos aguarda, razão pela qual não as evitamos nem lhes aproveitamos.
 - (D) Seria preciso, como quer Sêneca, reconhecermos de que nos sustentam tão somente, as oscilações de um fio tênue, em vez de desconsiderarmos o que aja de imprevisto nos dias que ainda haveremos de viver.
 - (E) Quanto à infelicidade humana, Sêneca não lhe considera inevitável, conquanto saibamos que, sofrer nos dias presentes, não se trata mais do que viermos a antecipar as dores com que não nos poupará o futuro.

9. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

- (A) À maioria dos homens (**parecer**) não interessar o prazer dos dias que estão decorrendo.
- (B) Não (**convir**) a nenhuma criatura antecipar os males que lhe reserva o futuro.
- (C) Aos homens sábios não (**atormentar**) nos dias do presente a infelicidade de um futuro tormentoso.
- (D) Sempre há aqueles a quem (**caber**) sofrer por antecipação o futuro sombrio que os aguarda.
- (E) São numerosas as pessoas cuja obsessão as (**aprisionar**) em falsas expectativas de felicidade.

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Francisco verificou que havia x pastas em um diretório. Ele abriu $\frac{1}{3}$ dessas pastas, deixou as restantes fechadas e foi embora. Geraldo encontra as pastas como Francisco havia deixado, abre $\frac{5}{7}$ das pastas que ainda estavam fechadas e foi embora. Humberto observa a situação das pastas após a intervenção de Geraldo, fecha $\frac{7}{34}$ das pastas que encontrou abertas e abre metade das pastas que encontrou fechadas. Após a intervenção de Humberto, a fração, das x pastas, que ficaram abertas é igual a

- (A) $\frac{31}{42}$
- (B) $\frac{5}{34}$
- (C) $\frac{13}{21}$
- (D) $\frac{15}{34}$
- (E) $\frac{9}{21}$

11. Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir

- (A) 80%.
- (B) 100%.
- (C) 90%.
- (D) 75%.
- (E) 50%.



12. Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação: todos os programas foram limpos e nenhum vírus permaneceu, é:
- (A) Se pelo menos um programa não foi limpo, então algum vírus não permaneceu.
 - (B) Existe um programa que não foi limpo ou pelo menos um vírus permaneceu.
 - (C) Nenhum programa foi limpo e todos os vírus permaneceram.
 - (D) Alguns programas foram limpos ou algum vírus não permaneceu.
 - (E) Se algum vírus permaneceu, então nenhum programa foi limpos.
-
13. Um veículo trafegando a uma velocidade média de 75 km/h percorre determinada distância em 4 horas e 20 minutos. Se a sua velocidade média cair para 45 km/h, o tempo necessário para percorrer a mesma distância será acrescido de um valor que é
- (A) menor do que uma hora.
 - (B) maior que uma hora e menor que duas horas.
 - (C) maior que quatro horas.
 - (D) maior que três horas e menor que quatro horas.
 - (E) maior que duas horas e menor que três horas.
-

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. Na tomada de decisão apoiada, instituída pela Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- (A) a decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.
 - (B) é feita a indicação de um curador para prestar apoio à pessoa com deficiência no que diz respeito às decisões e atos da vida civil.
 - (C) o terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial não pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo.
 - (D) a lei estabelece quais são os atos que são abrangidos e qual é o prazo mínimo a que deve se submeter a pessoa apoiada.
 - (E) o apoiador pode requerer a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, independente de autorização judicial.
-
15. O direito de ser acompanhado de cão-guia em transportes públicos é assegurado por lei
- I. tanto para pessoas que sejam cegas, como para aquelas que apresentam baixa visão.
 - II. tanto para transporte terrestre, como aéreo.
 - III. em viagens internas ou internacionais, desde que tenham origem no território brasileiro.
 - IV. somente para viagens com destino ao território brasileiro.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e IV.
-



16. Gilberto tem mobilidade reduzida em razão de um acidente automobilístico que o vitimou, e pretende realizar uma viagem em transporte coletivo interestadual. Neste caso, Gilberto, segundo a Lei nº 8.899/1994 e o Decreto nº 3.691/2000:
- (A) não tem direito ao passe livre, uma vez que esse direito não se estende para o transporte coletivo interestadual, mas somente em meios de transporte local.
 - (B) não tem direito ao passe livre, uma vez que a existência de mobilidade reduzida não caracteriza deficiência, razão pela qual ele não se enquadra nas hipóteses legais.
 - (C) pode ter direito ao passe livre, independente de prova de que seja carente, mas as empresas de transporte somente têm o dever de reservar dois assentos a cada veículo destinado a serviço convencional.
 - (D) pode ter direito ao passe livre, independente de prova de que seja carente ou do número de assentos reservados pela empresa de transporte em veículo destinado a serviço convencional.
 - (E) pode ter direito ao passe livre, desde que comprove ser carente, mas as empresas de transporte somente têm o dever de reservar dois assentos a cada veículo destinado a serviço convencional.

Noções de Informática

17. Um Oficial de Justiça deseja definir regras para o Microsoft Outlook executar automaticamente em mensagens de *e-mail* enviadas ou recebidas com base em condições que ele deseja especificar (por exemplo, mover todas as mensagens de uma pessoa específica para uma pasta diferente de sua caixa de entrada). Para isso, ele consultou a documentação do Microsoft Outlook 2013, em português, e encontrou as seguintes orientações:

- Na caixa de diálogo Regras e Alertas, na guia Regras de Email, clicar em Nova Regra.
- Em Iniciar com base em uma regra em branco, clicar em Aplicar regras em mensagens que eu receber ou em Aplicar regras em mensagens que eu enviar.
- Clique em Avançar.
- Em Etapa 1: selecionar as condições que as mensagens devem satisfazer para aplicação da regra.
- Em Etapa 2: editar a descrição da regra, clicando em um valor sublinhado para qualquer condição adicionada e especificando o valor.
- Clique em Avançar.
- Em Etapa 1: selecionar as ações a serem realizadas para a mensagem.
- Em Etapa 2: editar a descrição da regra, clicando em um valor sublinhado para qualquer condição adicionada e especificando o valor.
- Clique em Avançar.
- Em Etapa 1: selecionar as exceções à regra, se houverem.
- Em Etapa 2: editar a exceção da regra, clicando em um valor sublinhado para qualquer exceção adicionada e especificando o valor.
- Clique em Avançar.
- Em Etapa 1: especificar um nome para a regra.
- Em Etapa 2: em configure as opções da regra, marcar as caixas de seleção para as opções que desejar.
- Clique em Concluir.

Para abrir a caixa de diálogo Regras e Alertas, a partir de onde todos esses passos podem ser seguidos, o Oficial de Justiça deve clicar na guia

- (A) Página Inicial e na opção Criar Novas Regras.
- (B) Arquivo e na opção Opções.
- (C) Página Inicial e na opção Ferramentas e Regras.
- (D) Arquivo e na opção Gerenciar Regras e Alertas.
- (E) Ferramentas e na opção Definir Regras e Alertas.



18. Um Oficial de Justiça utiliza um computador com o sistema operacional Windows 7 Professional, em português, e deseja criar na área de trabalho um atalho para um documento que necessita abrir e utilizar com frequência. Para isso, clicou no botão Iniciar, na opção Computador e abriu a pasta no HD onde o documento está salvo. Para criar um atalho para esse documento na área de trabalho ele deve clicar
- (A) com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, selecionar a opção Enviar para e a opção Área de Trabalho (criar atalho).
- (B) no menu Organizar, na opção Criar Atalho e na opção Área de Trabalho.
- (C) com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, selecionar a opção Criar Atalho e a opção Área de Trabalho.
- (D) no menu Arquivo, na opção Atalho e na opção Criar na área de trabalho.
- (E) com o botão esquerdo do *mouse* sobre o nome do arquivo, selecionar a opção Criar atalho e a opção Área de Trabalho.
-
19. Um Oficial de Justiça vai utilizar um computador público para navegar na Internet utilizando o Firefox versão 50.1.0, em português, e deseja utilizar um modo de navegação para evitar que seu histórico, senhas e preferências sejam salvos e acessados por outras pessoas e para bloquear *cookies*, evitando que *sites* fraudulentos rastreiem seu comportamento. Para abrir uma nova janela em branco nesse modo de navegação, ele deve clicar no botão Abrir menu, que fica no canto superior direito da tela, representado por um ícone com três pequenas linhas verticais paralelas, e depois na opção
- (A) Navegação *in-private*, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + P.
- (B) Nova janela privativa, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + Shift + P.
- (C) Navegação segura, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + Alt + P.
- (D) Nova janela privativa, ou pode pressionar a tecla F12.
- (E) Nova janela segura, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + Tab.
-
20. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2007, em português, mostra hipoteticamente os encargos trabalhistas sobre o salário de um funcionário de uma empresa optante pelo Simples Nacional.

	A	B	C
1	Encargos Sociais	(%)	(%)
2	13º Salário		8,33%
3	Férias		11,11%
4	INSS	20,00%	
5	SAT até	3,00%	
6	Salário Educação	2,50%	
7	INCRA/SENAI/SESI/SEBRAE	3,30%	
8	FGTS (a partir de 01.01.2007)	8,00%	
9	FGTS/Provisão de Multa para Rescisão	4,00%	
10	Total Previdenciário		40,80%
11	Previdenciário sobre 13º / Férias / DSR		7,93%
12	Total		68,17%
13			
14	Funcionário	João Pedro	
15	Salário	2100,00	
16	Encargos	1431,57	

Na célula C12 foram somados os valores percentuais de C2 a C11 e na célula B16 foram calculados os encargos com base no percentual contido na célula C12 sobre o salário contido na célula B15. As fórmulas digitadas nas células C12 e B16 são, respectivamente,

- (A) =SOMA (C2:C11) e =B15*C12/100
- (B) =SOMA (C2;C11) e =MULTIPLICA (B15;C12)
- (C) =CALCULAR (SOMA (C2:C11)) e =CALCULAR (B15*C12)
- (D) =SOMA (C2:C11) e =MULTIPLICA (B15*C12)
- (E) =SOMA (C2:C11) e =B15*C12

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. De acordo com a Constituição Federal, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, sendo que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias. Se essas propostas orçamentárias forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados pela Constituição Federal, o Poder Executivo
- (A) devolverá a proposta para o Poder Judiciário para revisão e adequação no prazo máximo de sessenta dias.
 - (B) devolverá a proposta para o Poder Judiciário para revisão e adequação no prazo máximo de trinta dias.
 - (C) procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - (D) encaminhará a proposta para o Tribunal de Contas da União que deverá tomar as medidas corretivas e proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual no prazo máximo de noventa dias.
 - (E) devolverá a proposta para o Poder Judiciário para revisão e adequação no prazo máximo de noventa dias.
-
22. De acordo com a Constituição Federal, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações
- (A) diretas de inconstitucionalidade e nas causas que envolvam conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, sendo desnecessária a sua oitiva nos demais processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) diretas de inconstitucionalidade e nas ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público, sendo desnecessária a sua oitiva nos demais processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) declaratórias de inconstitucionalidade e nas ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público, sendo desnecessária a sua oitiva nos demais processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) declaratórias de inconstitucionalidade e nas causas que envolvam conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, sendo desnecessária a sua oitiva nos demais processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
-
23. Felício é proprietário da empresa "ABC" Ltda. que possui, atualmente, 233 empregados em razão da fusão com a empresa "DEF" Ltda. Preocupado com o aumento de empregados, uma vez que antes da fusão a empresa "ABC" Ltda. possuía 102 empregados, Felício consultou sua advogada, Carolina, a respeito. Com relação à Constituição Federal, Carolina informou que no tocante aos direitos sociais,
- (A) o aumento do número de empregados não acarreta nenhuma consequência, uma vez que já era assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - (B) nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - (C) o aumento do número de empregados não acarreta nenhuma consequência, uma vez que somente nas empresas com mais de trezentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - (D) nas empresas com mais de cento e oitenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - (E) o aumento do número de empregados não acarreta nenhuma consequência, uma vez que somente nas empresas com mais de duzentos e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
-
24. De acordo com a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação
- (A) de súmula poderá ser provocada por qualquer cidadão, sendo vedado a provocação para revisão ou cancelamento que são atos exclusivos de ofício do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) ou revisão de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, sendo vedado a provocação para cancelamento que é ato exclusivo de ofício do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) ou revisão de súmula poderá ser provocada por qualquer cidadão, sendo vedado a provocação para cancelamento que é ato exclusivo de ofício do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, sendo vedado a provocação para revisão ou cancelamento que são atos exclusivos de ofício do Supremo Tribunal Federal.
-
25. Sandoval, estudante de direito, está preparando um seminário sobre os Tribunais Superiores e a Constituição Federal brasileira. Assim, verificando a Carta Magna, no tocante ao Superior Tribunal de Justiça, constatou que é composto por
- (A) no mínimo trinta e três Ministros, sendo dois terços dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
 - (B) Ministros que serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) Ministros que serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional.
 - (D) no mínimo trinta e três Ministros, sendo um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
 - (E) no mínimo onze Ministros, sendo um terço dentre Juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

**Direito Administrativo**

26. Fabio, servidor público federal e chefe de determinada repartição, concedeu licença a seu subordinado Gilmar, pelo período de um mês, para tratar de interesses particulares. No último dia da licença em curso, Fabio decide revogá-la por razões de conveniência e oportunidade. A propósito dos fatos, é correto afirmar que a revogação
- (A) não é possível, pois o ato já exauriu seus efeitos.
 - (B) não é possível, pois apenas o superior de Fabio poderia assim o fazer.
 - (C) é possível, em razão da discricionariedade administrativa e da possibilidade de ocorrer com efeitos *ex tunc*.
 - (D) não é possível, pois somente caberia o instituto da revogação se houvesse algum vício no ato administrativo.
 - (E) é possível, desde que haja a concordância expressa de Gilmar.
-
27. Adriana, servidora pública federal, deverá ter exercício em outro Município em razão de ter sido removida. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o prazo para Adriana retomar efetivamente o desempenho das atribuições de seu cargo, considerando que não pretende declinar de tal prazo, e que não está de licença ou gozando de afastamento será, contado da publicação do ato, de, no mínimo,
- (A) dez e, no máximo, trinta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
 - (B) cinco e, no máximo, sessenta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
 - (C) cinco e, no máximo, trinta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
 - (D) dez e, no máximo, sessenta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
 - (E) dez e, no máximo, noventa dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
-
28. Wagner é Analista Judiciário de determinado Tribunal Regional do Trabalho, sendo uma de suas atribuições inserir e atualizar informações processuais em base de dados. Ocorre que um dos processos sob sua responsabilidade para proceder a respectiva atualização processual pertence a um desafeto seu, razão pela qual retardou, indevidamente, a prática do ato de ofício. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, caso preenchidos os demais requisitos legais para a configuração do ato ímprobo, Wagner estará sujeito, dentre outras, à cominação de
- (A) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo máximo de 5 anos.
 - (B) suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos.
 - (C) multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida por Wagner.
 - (D) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo máximo de 3 anos.
 - (E) suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos.
-
29. Em determinada licitação, na modalidade concorrência, umas das empresas licitantes impugnou, tempestivamente, cláusula do edital, alegando a existência de ilegalidade no instrumento convocatório. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a impugnação tempestiva da empresa
- (A) constitui impeditivo para a participação nas próximas fases do certame, independentemente do momento em que ocorrerá o julgamento da impugnação.
 - (B) não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
 - (C) não a impedirá de participar do processo licitatório até ser proferida a primeira decisão acerca da impugnação.
 - (D) não a impedirá de participar do processo licitatório em nenhum momento da licitação, independentemente da decisão acerca da impugnação.
 - (E) não a impedirá de participar do processo licitatório até a última decisão a ela pertinente, não se exigindo o trânsito em julgado, mas que seja a última decisão proferida.
-
30. Considere as assertivas abaixo concernentes à licitação para registro de preços.
- I. O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.
 - II. Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.
 - III. O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.
 - IV. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes não poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- Nos termos do Decreto nº 7.892/2013, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II.
 - (C) I, II e III.
 - (D) IV.
 - (E) I, II e IV.

**Direito do Trabalho**

31. O advogado Hércules pretende fundamentar uma tese na petição inicial de reclamação trabalhista utilizando o ditame segundo o qual, ainda que haja mudanças vertiginosas no aspecto de propriedade ou de alteração da estrutura jurídica da empresa, não pode haver afetação quanto ao contrato de trabalho já estabelecido. Tal valor está previsto no princípio de Direito do Trabalho denominado
- (A) razoabilidade.
 - (B) disponibilidade subjetiva.
 - (C) responsabilidade solidária do empregador.
 - (D) asserção empresarial negativa.
 - (E) continuidade da relação de emprego.
-
32. A empresa Ajax Produções contratou os serviços de dois operadores de som para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, optando pelo regime de trabalho temporário. Conforme legislação que regula o trabalho temporário,
- (A) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de um ano, sujeito a apenas uma prorrogação por igual período.
 - (B) fica assegurada ao trabalhador temporário remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente, calculada à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo regional.
 - (C) entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente deverá haver obrigatoriamente contrato escrito, mas entre a empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição de uma empresa tomadora o contrato poderá ser verbal.
 - (D) no caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é subsidiariamente responsável pela remuneração, indenização trabalhista e recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens.
 - (E) a empresa de trabalho temporário poderá cobrar do trabalhador a importância máxima de 2% sobre o valor do primeiro salário a título de mediação, bem como efetuar os descontos previstos em Lei.
-
33. Atenas foi empregada da empresa Delta Operadora Cambial que é dirigida, administrada e controlada pela empresa Delta Empreendimentos S/A, situação esta que caracteriza a existência de grupo econômico para fins trabalhistas. Após dois anos de contrato de trabalho Atenas foi dispensada sem justa causa, mas não recebeu as verbas rescisórias devidas. Nessa situação, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, a responsabilidade pelo pagamento será
- (A) das empresas Delta Operadora Cambial e Delta Empreendimentos S/A de forma solidária.
 - (B) da empresa empregadora Delta Operadora Cambial e subsidiariamente da empresa controladora Delta Empreendimentos S/A.
 - (C) da empresa controladora Delta Empreendimentos S/A e subsidiariamente da empresa empregadora Delta Operadora Cambial.
 - (D) apenas da empresa Delta Operadora Cambial porque era a efetiva empregadora.
 - (E) apenas a empresa Delta Empreendimentos S/A porque é a principal, que dirige, administra e controla.
-
34. Sócrates foi aposentado por invalidez pelo INSS após ter trabalhado por dez anos na empresa Deuses Imortais. Em razão desse fato o plano de saúde do trabalhador foi cancelado pela empregadora uma vez que ela arcava integralmente com os respectivos custos. Nesta situação, conforme legislação aplicável e entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) a opção pela manutenção do plano de saúde constitui uma faculdade da empregadora, mas não há obrigação legal neste sentido.
 - (B) há determinação legal para que a empregadora mantenha o plano de saúde pelo prazo mínimo de 12 meses, quando então ocorreria o término da estabilidade do trabalhador.
 - (C) o plano de saúde deve ser mantido pela empregadora porque o contrato de trabalho está suspenso diante da aposentadoria por invalidez.
 - (D) a empregadora atuou de forma correta uma vez que com a aposentadoria por invalidez houve a ruptura do contrato de trabalho, não ensejando mais nenhuma obrigação contratual.
 - (E) a aposentadoria por invalidez interrompe o contrato de trabalho pelo prazo de 24 meses, razão pela qual o plano de saúde deve ser mantido até o término deste prazo.
-
35. Diana frequentemente chegava atrasada no início de sua jornada de trabalho, atingia produção bem inferior àquela realizada pelos colegas de sua equipe, além de apresentar um número elevado de faltas injustificadas. Por tais razões, a empregada foi advertida, verbalmente e por escrito, além de receber suspensão disciplinar por 2 dias. Na situação apresentada, Diana cometeu falta grave que ensejaria a dispensa por justa causa na modalidade de
- (A) incontinência de conduta.
 - (B) ato de insubordinação.
 - (C) atitude de indisciplina.
 - (D) ato de improbidade.
 - (E) desídia no desempenho das funções.



36. Em relação ao instituto jurídico do aviso prévio, nos termos das normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) havendo aplicação da dispensa do empregado por justa causa em razão de desídia no desempenho de suas funções deverá ser concedido aviso prévio.
 - (B) em caso de despedida indireta e rescisão por culpa recíproca não é devido o aviso prévio.
 - (C) o pagamento relativo ao período de aviso prévio trabalhado está sujeito à contribuição para o FGTS, o que não ocorre quando o mesmo for indenizado.
 - (D) o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, será reduzido em duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral, independentemente de quem tenha promovido a rescisão.
 - (E) é incorreto substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
-
37. Durante o período aquisitivo das férias 2016/2017, Perseu ausentou-se do serviço por 1 dia para acompanhar filho de cinco anos em consulta médica, por 2 dias consecutivos em razão de falecimento do seu irmão e 2 dias realizando exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. Nessa situação hipotética, em relação ao referido período Perseu terá direito ao gozo de férias na seguinte proporção:
- (A) 18 dias corridos.
 - (B) 20 dias corridos.
 - (C) 30 dias corridos.
 - (D) 24 dias corridos.
 - (E) 25 dias corridos.
-
38. Isis ingressou na empresa privada Athenense Sistemas Informatizados, para desempenhar as funções de Operadora de Computador. Após se formar em curso técnico de duração de três anos, foi promovida e passou a desempenhar as funções de Analisa de Sistemas Pleno. Um ano após a promoção de Isis, Zeus foi admitido na mesma empresa e localidade, para exercer o cargo denominado Analista de Sistemas Júnior, percebendo salário 20% inferior ao de Isis, embora executasse as mesmas funções que a referida. Analisando o caso à luz das regras da Consolidação das Leis do Trabalho e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre equiparação salarial,
- (A) em caso de trabalho igual conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função para efeito de equiparação de salários.
 - (B) o conceito de "mesma localidade" prevista em lei para fins de equiparação pode se referir a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.
 - (C) não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, uma vez que não há critérios objetivos para avaliação da perfeição técnica nesse tipo de trabalho.
 - (D) o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
 - (E) ainda que a empresa possua quadro de pessoal organizado em carreira cujas promoções obedeçam aos critérios de antiguidade e merecimento, homologado pelo Ministério do Trabalho, a equiparação salarial é possível.
-
39. Quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, segundo ordenamento jurídico e jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:
- (A) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais, desde que habituais.
 - (B) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra a falta de recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de cinco anos após o término do contrato.
 - (C) Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual da multa rescisória será reduzido para dez por cento.
 - (D) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.
 - (E) A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada quando houver suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a sessenta dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.
-

Direito Processual do Trabalho

40. Asclépio, residente e domiciliado em Manaus, participou de processo seletivo e foi contratado na cidade de Brasília, onde se localiza a sede da empresa Orfeu Informática S/A, para trabalhar como programador, na filial da empresa no Município de Campo Grande. No contrato de trabalho as partes convencionaram como foro de eleição a comarca de São Paulo. Após dois anos de contrato, Asclépio foi dispensado por justa causa sem receber nenhuma verba rescisória, retornando para Manaus. Não concordando com o motivo da sua rescisão, o trabalhador resolveu ajuizar reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora. Conforme a regra de competência territorial prevista na lei trabalhista a ação deverá ser proposta na Vara do Trabalho de
- (A) Brasília, por ser a sede da empresa reclamada.
 - (B) Brasília, por ser o local da contratação.
 - (C) Manaus, local de seu domicílio.
 - (D) Campo Grande, local da prestação dos serviços.
 - (E) São Paulo, foro de eleição contratual.
-



41. A empresa Gregos e Troianos Ltda. possui nos seus quadros um empregado que exerce o cargo de dirigente sindical no sindicato que representa a categoria profissional dos empregados. Referido empregado foi surpreendido embriagado no ambiente de trabalho e a empresa o suspendeu, pretendendo dispensar o mesmo por justa causa. Nessa hipótese, a empresa deverá
- (A) comunicar o sindicato da categoria no prazo de 5 dias para o mesmo instaurar inquérito para apuração dos fatos.
 - (B) marcar a homologação da rescisão do empregado perante o Ministério do Trabalho, o qual deverá notificar o sindicato da categoria para tomar ciência da rescisão contratual de seu dirigente.
 - (C) propor inquérito para apuração de falta grave perante a Vara do Trabalho competente, no prazo de 30 dias da suspensão do empregado.
 - (D) ajuizar inquérito civil perante o Ministério Público do Trabalho para apuração dos fatos, para que a dispensa possa ter legitimidade.
 - (E) ajuizar inquérito para apuração de falta grave perante o Tribunal Regional do Trabalho no prazo de 60 dias da suspensão do empregado.
-
42. A empresa Minerva & Atena Cia do Saber foi acionada em reclamatória trabalhista e recebeu a notificação da sentença por oficial de justiça em um sábado. Segundo as regras da Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior de Trabalho, para recurso, considerando não haver feriado naquele mês, o início do prazo e o início da contagem, serão, respectivamente,
- (A) na segunda-feira.
 - (B) segunda-feira e terça-feira.
 - (C) no sábado.
 - (D) sábado e segunda-feira.
 - (E) sábado e terça-feira.
-
43. Em audiência realizada no curso da ação trabalhista movida por Perseu em face da empresa Cavalo de Tróia Empreendimentos, após terem sido ouvidas as partes, o Juiz apresentou proposta conciliatória que foi aceita pelas partes. Entretanto, nada foi ajustado sobre custas. Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, as custas processuais
- (A) ficarão a cargo da reclamada, em razão do princípio da hipossuficiência do trabalhador.
 - (B) serão de responsabilidade do reclamante que irá se beneficiar com proveito econômico do acordo.
 - (C) serão dispensadas pela União nos casos de conciliação em processo trabalhista.
 - (D) caberão em partes iguais aos litigantes, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado.
 - (E) serão atribuídas sempre à reclamada, uma vez que o acordo implica em confissão de dívida.
-
44. Analisando o normativo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à nomeação de advogado com poderes para o foro em geral na Justiça do Trabalho,
- (A) dá-se pela juntada prévia de instrumento de procuração, com firma devidamente reconhecida.
 - (B) a nomeação poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
 - (C) apenas o trabalhador poderá reclamar sem a presença de advogado, uma vez que o princípio do *jus postulandi* somente se aplica à parte hipossuficiente.
 - (D) o advogado pode atuar sem que lhe sejam exigidos poderes outorgados pela parte, em razão da previsão legal do *jus postulandi*.
 - (E) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado constituído necessariamente por instrumento de mandato, com firma devidamente reconhecida.
-
45. Urano ingressou com reclamatória trabalhista pretendendo receber adicional de periculosidade e horas extras em face da empresa que trabalha. Na audiência UNA designada foi requerida a prova técnica pericial e a oitiva de testemunhas por carta precatória. O juiz deferiu apenas a realização da prova pericial, encerrando a instrução processual e designando julgamento. Inconformado, o patrono de Urano pode alegar nulidade processual
- (A) em qualquer fase do processo, por se tratar de nulidade fundada em incompetência de foro.
 - (B) apenas em grau de recurso, por se tratar de nulidade fundada em incompetência de prerrogativa.
 - (C) em qualquer momento do processo, quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
 - (D) no prazo de cinco dias após a realização da audiência, por meio de agravo de instrumento.
 - (E) à primeira vez em que tiver de falar em audiência ou nos autos, em razão do princípio da preclusão.



46. A empresa Mutilados Produtos Hospitalares foi acionada em reclamação trabalhista movida por seu ex-empregado Thor. Em audiência inaugural, não havendo possibilidade de acordo, o Juiz recebeu a defesa da reclamada e adiou a audiência para instrução em razão da ausência de uma testemunha convidada pelo reclamante. Na audiência de instrução em prosseguimento, compareceram apenas o reclamante com seu advogado e o advogado da reclamada, visto que o seu cliente se esqueceu da audiência e não enviou preposto. Nessa situação,
- (A) aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.
 - (B) deve ser designada outra audiência porque o adiamento da primeira audiência decorreu de interesse do reclamante, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
 - (C) o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, devendo ser marcado o julgamento.
 - (D) não se aplica a confissão à parte que não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor, caso seu advogado compareça e, tendo conhecimento dos fatos, atue como preposto da empresa, cujas declarações obrigarão o proponente.
 - (E) se o juiz entender que não é necessário o interrogatório da reclamada não será aplicada a confissão ficta requerida pela parte contrária, ainda que a reclamada tenha sido expressamente intimada com aquela cominação.
-
47. Adonis ingressou com reclamação trabalhista no Município de Campo Grande, sendo distribuída para a 2ª Vara do Trabalho. Na audiência UNA a reclamada apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, que foi acolhida com a remessa dos autos a uma das Varas do Trabalho de Cuiabá. Em relação à referida decisão,
- (A) caberá agravo de instrumento.
 - (B) não caberá recurso, por se tratar de decisão interlocutória.
 - (C) caberá mandado de segurança.
 - (D) caberá reclamação correcional.
 - (E) caberá recurso ordinário.
-
48. Conforme regras estabelecidas pela Resolução nº 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho sobre disponibilidade do sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT:
- (A) A falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de WebService, dos serviços de consulta aos autos digitais pelo prazo máximo de 24 horas não será considerada como indisponibilidade do sistema.
 - (B) A impossibilidade de utilização de equipamentos disponibilizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho para acesso dos usuários externos ao sistema também se considera indisponibilidade do sistema PJe-JT.
 - (C) Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte à retomada de funcionamento, quando ocorrer indisponibilidade entre 21h e 23h59.
 - (D) As indisponibilidades ocorridas entre 0h e 6h dos dias de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora, não produzirão o efeito de prorrogação de prazo para o dia útil seguinte à retomada de funcionamento.
 - (E) As manutenções programadas do sistema serão ostensivamente comunicadas aos usuários internos e externos, com antecedência mínima de 48 horas, e realizadas, obrigatoriamente, no período das 0h de sábado às 22h de domingo, ou entre 0h e 6h nos demais dias da semana.

Direito Civil

49. A empresa X, sediada na cidade de São Paulo capital, é integralmente extinta após regular liquidação em dezembro de 2016. Rodolfo, ex-sócio da empresa, desligado desde o ano de 2014, pretende receber uma dívida de R\$ 500.000,00 dos sócios da empresa extinta. Neste caso, o prazo prescricional para Rodolfo exercer a sua pretensão, nos termos preconizados pelo Código Civil, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade, será de
- (A) 2 anos.
 - (B) 1 ano.
 - (C) 10 anos.
 - (D) 5 anos.
 - (E) 3 anos.
-
50. À luz do Código Civil, NÃO é nulo o negócio jurídico celebrado entre duas partes quando
- (A) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
 - (B) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
 - (C) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
 - (D) for indeterminável o seu objeto.
 - (E) houver vício resultante de coação.



51. À luz do Código Civil, no que concerne aos contratos em geral,
- (A) havendo estipulação em favor de terceiro, se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, poderá o estipulante exonerar o devedor.
 - (B) encaminhada uma proposta de contrato pelo proponente, a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará nova proposta.
 - (C) o contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, observando inclusive a sua forma.
 - (D) as partes podem, por cláusula expressa, reforçar ou diminuir a responsabilidade pela evicção, mas jamais excluí-la.
 - (E) a proposta feita sem prazo por telefone deixa de ser obrigatória se não foi imediatamente aceita.
-
52. Sobre o contrato de compra e venda, nos termos estabelecidos pelo Código Civil, é correto afirmar:
- (A) O prazo para exercer o direito de preferência ou preempção não poderá exceder a cinco anos, se a coisa for imóvel.
 - (B) É anulável a venda de ascendente a descendente sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, independentemente do regime de bens estabelecido para o casamento.
 - (C) Não pode um condômino em coisa indivisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto, observadas as regras estabelecidas pela legislação em vigor.
 - (D) No contrato de compra e venda com reserva de domínio o vendedor poderá executar a cláusula de reserva de domínio independentemente de constituir o devedor em mora, mediante protesto ou interpelação judicial.
 - (E) É vedada a fixação pelas partes do preço da coisa à taxa de mercado ou de bolsa em certo e determinado dia e lugar.
-
53. Ricardo, empreiteiro, firmou contrato de empreitada com Rodrigo, envolvendo fornecimento de mão de obra e materiais para construção de uma casa com cinco dormitórios em condomínio fechado na cidade de São Paulo. A obra transcorreu de forma regular e o imóvel foi entregue ao contratante Rodrigo. À luz do Código Civil, com a entrega da obra, Ricardo responderá pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como o solo, durante o prazo irredutível de
- (A) 10 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (B) 5 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (C) 5 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (D) 15 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
 - (E) 10 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
-
54. Sobre a hipoteca, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:
- (A) Não é nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
 - (B) Desapropriado o bem dado em garantia hipotecária pelo devedor a dívida estará, em regra, vencida.
 - (C) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
 - (D) A propriedade superficiária não pode ser objeto de hipoteca.
 - (E) As partes poderão convencionar em contrato cláusula proibindo o proprietário de alienar o imóvel hipotecado.
-

Direito Processual Civil

55. Sobre a competência interna, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
 - (B) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, podendo o autor, contudo, optar pelo foro do domicílio do réu ou de eleição.
 - (C) Tramitando processo de recuperação judicial na Justiça Estadual, os autos serão remetidos ao juízo federal competente no caso de intervenção de uma determinada empresa pública federal.
 - (D) O foro da Capital do Estado é competente para as causas em que seja autora a União.
 - (E) A citação válida torna prevento o juízo e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.



56. Sobre as despesas, honorários advocatícios e multas, deveres das partes e dos procuradores, à luz do Código de Processo Civil,
- (A) no caso de sucumbência parcial é permitida a compensação dos honorários advocatícios.
 - (B) são devidos honorários no cumprimento de sentença contra Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não haja impugnação.
 - (C) quando o juiz, de ofício, proferir sentença sem resolver o mérito, o autor não poderá propor novamente a ação sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários a que foi condenado.
 - (D) são devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento da sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.
 - (E) se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos em dois terços.
-
57. Sobre a intervenção de terceiros, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil,
- (A) na denunciação da lide, se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
 - (B) a assistência do terceiro juridicamente interessado é admitida em qualquer procedimento até a prolação da sentença de primeiro grau.
 - (C) na denunciação da lide, feita a denunciação pelo réu, se o denunciado for revel, o denunciante não pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida.
 - (D) a assistência simples obsta que a parte principal transija sobre direitos controvertidos.
 - (E) a decisão do juiz que solicita ou admite a participação de pessoa jurídica como *amicus curiae* em demanda com repercussão social da controvérsia pode ser impugnada por meio de agravo de instrumento.
-
58. À luz do Código de Processo Civil, sobre os prazos, é correto afirmar:
- (A) Nos processos em autos eletrônicos, a juntada de petições não ocorrerá de forma automática e dependerá de ato de serventuário da justiça.
 - (B) O prazo para o juiz prolatar sentença é de 15 dias, prorrogáveis por mais dez dias havendo motivo justificável.
 - (C) Em regra, considera-se o dia do começo do prazo o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.
 - (D) Nos processos físicos, os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, ainda que do mesmo escritório de advocacia, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
 - (E) É lícito ao juiz reduzir em caráter excepcional algum prazo peremptório independentemente de anuência das partes.
-
59. Renato ajuizou ação indenizatória contra Moisés que tramitou por meio eletrônico em uma das varas cíveis da comarca de São Paulo. Após o regular processamento a ação é julgada improcedente pelo Magistrado competente. Inconformado, Renato apresenta recurso de apelação sem, contudo, recolher qualquer valor a título de preparo. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá
- (A) intimar Renato, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do valor do preparo e do porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
 - (B) aplicar imediatamente a pena de deserção a Renato.
 - (C) intimar Renato, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro do valor do preparo e do porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
 - (D) intimar Renato, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro do valor do preparo, exclusivamente, sob pena de deserção.
 - (E) intimar Renato, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do valor do preparo, exclusivamente, sob pena de deserção.
-
60. No que concerne à Reclamação, na sistemática do Código de Processo Civil, e consoante entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:
- (A) O cabimento da reclamação proposta perante o Supremo Tribunal Federal para garantir a autoridade de decisão proferida sob a sistemática da repercussão geral está condicionado ao esgotamento da instância ordinária.
 - (B) É admissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
 - (C) A inadmissibilidade ou o julgamento interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
 - (D) Ao despachar a reclamação, o relator, dentre outras providências, determinará a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 10 dias para apresentar sua contestação.
 - (E) Não é permitido a qualquer interessado impugnar o pedido do reclamante.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 10: 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **50 (cinquenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Conforme adverte Alexis de Tocqueville, um Estado democrático deve ser caracterizado por um modelo político cujo objetivo maior consista na instituição da igualdade e da liberdade entre seus cidadãos. No entanto, a força da maioria age de forma absolutamente inversa, impondo certos desejos particulares em detrimento de qualquer oposição. Assim, o império da maioria parece fragilizar o ideal de igualdade fundamental aos governos democráticos. Produzida e, constantemente, reformulada pela maioria, a ação da lei, “ao mesmo tempo em que aumentava a força dos poderes que eram naturalmente fortes, debilitava cada vez mais os que eram naturalmente fracos”.

(www2.ufrb.edu.br. Com adaptações)

A partir das ideias expostas acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	